

# INFORMÁTICA

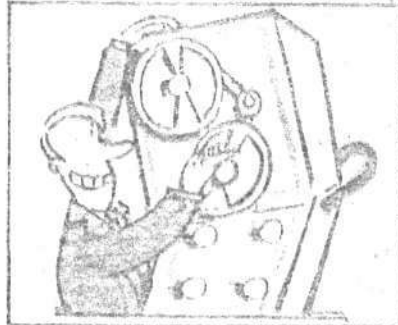
## Constituição não deve incluir a reserva de mercado

JORNAL DA TARDE  
11/07/86  
1 JUN 1986  
p. 10

A futura Constituição brasileira deve assegurar o direito à livre associação entre empresas nacionais e estrangeiras, desde que sejam preservados os interesses nacionais. É esta, em síntese, a posição da Comissão de Estudos Constitucionais, que está reunida em Itaipava, Interior do Rio, para redigir o texto que deverá servir de base à Assembleia Constituinte, a ser eleita em novembro.

O assunto foi discutido ontem pelos membros da comissão, quando foi examinada a possibilidade de se incluir no texto constitucional a reserva de mercado para a informática, já prevista na legislação atual. Mas a comissão decidiu que essa não é matéria constitucional. "Não teria sentido incluir isso no nosso anteprojeto", explicou o jurista Miguel Reale, um dos membros da comissão. "No caso da informática, a reserva já está garantida por oito anos, e isso, creio, a Constituinte não deve alterar."

Mas Reale, assim como outros juristas que participam dos estudos constitucionais, acha que a nova Carta deve assegurar a liberdade de associação entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive na informática. "A legislação constitucional no caso de alta tecnologia não deve ser xenófoba", comentou o consultor geral da República, Caio Ramos, que também está em



Itaipava. "Reserva de mercado não deve constar em Constituição, mesmo porque ela hoje é prevista na legislação internacional consagrada pelo Gatt. E lá que se autoriza um país a fazer reserva de mercado para tecnologia nascente. A nossa foi feita por oito anos e, portanto, é temporária."

De modo geral, ficou acertado que o anteprojeto não terá referências a reservas de mercado em quaisquer setores, mas apenas fixará a liberdade de associação com o capital estrangeiro, desde que mantida a soberania da empresa nacional. "O Brasil tem de ser um país aberto ao capital estrangeiro", disse Saulo Ramos, "desde que isso seja regulado pelos interesses nacionais. Sem xenofobia, é claro".

### Aeronáutica

O ministro da Aeronáutica, bri-

gadelmo Octávio Moreira Lima, defendeu ontem a reserva de mercado para a informática como "fundamental" para o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira. Mas reconheceu que "reserva de mercado total é quase impossível". Lembrou que países como Alemanha, Itália, França e Inglaterra também recorrem a consórcios internacionais para a fabricação de aeronaves. "Mas nós precisamos ter menos um grau de dependência, que nos dê certa tranquilidade", disse o ministro. "É importante que não fiquemos totalmente dependentes da importação de componentes."

Moreira Lima revelou que na fabricação do AMX, o novo caça subsônico brasileiro, a indústria aeronáutica vem procurando estimular os fabricantes nacionais de componentes com várias encomendas. "O radar do bordo do AMX, por exemplo", disse ele, "vem sendo desenvolvido no Brasil com elevado padrão tecnológico".

Química fina — O ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, negou ontem que o governo esteja estudando uma reserva de mercado para os setores farmacêutico e de química fina. "Isso inibiria os investimentos", disse ele. "A idéia é garantir tanto a empresas nacionais como estrangeiras condições de atuar no mercado."

## IBM defende direito autoral para o software

O presidente da IBM, Rudolf Hohn, defendeu ontem, no Rio, durante um debate com empresários ligados ao setor da informática, a criação de uma legislação para a proteção do software. Segundo ele, existem várias alternativas para isso, como o direito autoral e a patente, embora acredite que a primeira se aplique de forma mais eficaz: "O que nós achamos é que o mundo inteiro está indo mais em direção ao direito autoral. Isso não quer dizer que não defendamos. A IBM defende a proteção do software, como forma adequada de proteção aos seus investimentos. Patente é para defender um produto, e o software é uma idéia".

Para se pensar um comércio internacional, disse Hohn, é preciso que o software internacional tenha no Brasil a mesma proteção que o software nacional vai ter no merca-

do internacional quando ele for exportado, com reciprocidade.

A discussão entre os ministros das Comunicações e da Ciência e Tecnologia em torno da extinção da Secretaria Especial de Informática (SEI) não foi comentada detalhadamente pelo presidente da IBM. Para ele, é uma questão de pontos de vista.

"Não gostaria muito de especular sobre os problemas desses ministérios em termos das suas necessidades. Eu sei falar das minhas. Até agora, nós temos conseguido harmonizar os objetivos deles com os nossos e harmonizar tudo o que é possível", disse.

A IBM pretende manter este ano o mesmo nível de exportação do ano passado, em torno de 200 milhões de dólares, revelou Hohn. Até agora, a empresa não foi atingida pela falta de componentes na-

cionais, porque muitos deles são exportados e reimportados ou comprados no mercado interno. O principal parceiro comercial continua sendo os Estados Unidos, que têm comprado 20% dos componentes exportados. O maior problema nesse campo é a competição com os países asiáticos, que têm maior produtividade e despesas menores com transporte: "Apesar disso, o Japão é o nosso maior cliente em termos de produtos acabados".

Também presente à palestra, o presidente da Burroughs, H. V. Elcher, disse que não é contra nem a favor da SEI, mas que ela poderia ser menos democrática em seus procedimentos. Suas queixas referem-se à demora de 60 a 120 dias para a aprovação dos programas de importação e exportação que as empresas submetem no início do ano.